

# MACHADO DE ASSIS: A DITADURA E O DICIONÁRIO

ANA MARIA KOCH\*

## RESUMO

As crônicas publicadas por Machado de Assis no período de setembro de 1892 a janeiro de 1894, n' *A Semana*, permitem estudar um dos modos pelos quais o autor apresentou seu posicionamento político. O governo republicano, nessa época, decretou o estado de sítio no Rio de Janeiro, em consequência do embate entre as corporações militares sobre a representatividade para a sustentação do governo. Em dezembro de 1893, no período da vigência da censura, a revista *Gazeta de Notícias*, onde as crônicas eram editadas, ficou impedida de circular. A tensão política da época foi explorada por Machado de Assis na crônica de 24 de setembro – quando já tinham ocorrido os primeiros bombardeamentos – sob a forma de metáfora. Num sonho, o narrador se vê morto, viajando para a lua, lugar do juízo final. O julgamento do autor sobre o regime ditatorial foi expresso nesse contexto, representado na figura do dicionário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Censura da imprensa; Revolta da Armada; Florianismo; História do Brasil Republicano.

## ABSTRACT

### **Machado de Assis: the dictatorship and the dictionary**

The chronicles published by Machado de Assis between September 1892 and January 1894, in *A Semana*, set the grounds on which to study the ways the author chose to present his political stance. The city of Rio de Janeiro was declared under siege by the Republican administration at the time as a consequence of the clash among the military forces about the constituency that granted support to the administration. The magazine that published the chronicles, *Gazeta de Notícias*, was suspended under censorship in December 1893. The atmosphere of political tension of the time was textualized in a metaphoric mode by Machado de Assis in his chronicle of September 24<sup>th</sup>, following the first bombings. In a dream, the narrator pictures himself dead, bound to moon for facing his final judgement. The trial the author had been submitted to was thus expressed in this

---

\* Doutora em Letras (UFRGS); Mestra em História (UNISINOS); Graduada em Filosofia (UFRGS), em História (UFRGS) e em Teologia Luterana (EST).

context, represented in the figure of a dictionary.

**KEYWORDS:** Press censorship; The Revolt of the Armada; Florianism; History of Republican Brazil.

Há um grupo de crônicas publicadas em *A Semana* que pode ser destacado para o estudo do modo pelo qual Machado de Assis expressa seu posicionamento político. Esse conjunto contém as publicadas no período que inicia com o texto de 10 de setembro e alcança a de 26 de novembro do ano de 1893, porque, como anotam os editores da W. M. Jackson Inc., “durante todo o mês de dezembro” e por “ordem do governo[,] esteve suspensa a *Gazeta de Notícias*”, este jornal em que eram publicadas as crônicas do literato brasileiro (Assis, 1970, v. 3, p. 434). A censura pode ser compreendida no contexto do ato do dia 3 de novembro, da “dissolução do Congresso Nacional” (Freire, 1982, p. 16). O fato político com o qual o material textual pode ser relacionado é o da *Revolta da Armada*, que eclode como combate bélico na noite do dia 6 de setembro, quando o “Contra-Almirante Custódio José de Melo hasteava a bordo do couraçado ‘Aquidabã’ o seu pavilhão e a bandeira da revolta contra Floriano” Peixoto (Carneiro, 1965, p. 66), o Marechal-de-Campo e vice-presidente eleito no dia seguinte ao da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Nessa segunda sublevação, motivada pelo modo com que o vice chegou à presidência, em 7 de setembro de 1893, toda a Armada – a Marinha do Brasil – e alguns navios mercantes estavam insurretos e dominando a baía, na capital da República, enquanto, na cidade, “grupos de desordeiros depredavam várias estações” da ferrovia “Central do Brasil, cortavam os fios elétricos e danificavam preciosos aparelhos” (Carneiro, 1965, p. 66).

A situação é referida por Machado de Assis, na crônica de 10 de setembro de 1893; “mais de um homem, atordoado pelos graves acontecimentos do dia, não chegaria a ouvir”, na rua, ao descer do bonde, o pregão de um bilhete de loteria por um menino. Refere o fato particular como acontecendo “no meio da maior agitação do espírito público”, quando “há sempre um número” de loteria “para ser apregoado, comprado e premiado” e escrevendo sobre a crença das pessoas na sorte das loterias

para a qual não podem ser dadas razões, isso porque “a realidade” explicada “é seca, a ciência é fria”, enquanto a crença estimula o “tanto de Pitágoras na nossa alma”, e porque “o valor físico e metafísico do número é uma relíquia da velha filosofia”. Desaprovando o matemático grego que, exilado numa colônia, fundou uma seita religiosa cuja divindade era o número, Machado de Assis torna possível estabelecer uma relação entre o resultado, por *azar*, tanto da loteria como do ataque político secundado pelo poder das armas. Ironiza a situação, nessa data, propondo: “viva o mistério e a credulidade” (Assis, 1970, v. 3, p. 377) e indica, desse modo, que coexistem em todos os eventos políticos as bandeiras públicas e as privadas, uma concepção já enunciada no capítulo 4 de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A mesma relação entre o interesse público e o privado demarca o tema da crônica de 17 de setembro de 1893, quando são referidos os bombardeamentos do dia 13. Anunciado pela imprensa do Rio de Janeiro o fato do ataque bélico, o cronista centra sua atenção nos anúncios de “duas damas”, publicados num dos jornais, anúncios com o mesmo conteúdo e diferente ênfase dada pelo vocabulário empregado. Uma das *damas*, “séria e honesta”, procurava “um homem honesto” para protegê-la “ocultamente”, enquanto a outra, “moça distinta e bem-educada”, buscava “um cavalheiro rico” para protegê-la também “ocultamente”, reproduz o cronista. A reflexão, no texto de *A Semana*, ocorre em termos do verbo e do advérbio empregados nos anúncios para, então, pensar as conseqüências das possíveis respostas obtidas, salientando que, em qualquer dos resultados conseguidos pelas *damas*, devem ser consideradas tanto a aparência do fato como as conjeturas sobre o fato. Fictícios ou não os anúncios das *damas*, Machado de Assis registra que “enquanto as forças públicas se dividiam”, sendo elas naquela semana constituídas pelo grupo político dos militares do Exército, na defesa do mandato do vice-presidente que assumiu o governo sem respaldo constitucional, e o dos militares da Marinha, que atacavam não pela inconstitucionalidade, mas por se julgarem preteridos pelo grupo do Exército na divisão do poder exercido na presidência da República, “as forças particulares”, isto é, as *damas*, “cuidavam de unir-se a outras forças”. Essas eram formadas pelo *homem honesto* e o *cavalheiro rico*, sendo o

repetido “contraste do caso particular com o social” apenas “aparente”, afirma o cronista, como todos os demais “fenômenos deste mundo”, porque no “exemplo” citado, “as duas obras se completam, desde que se procura corrigir a mortalidade”, no caso, do bombardeamento, “pela natalidade”. O cronista conclui que o que “parece um ato de moças vadias [...] é uma operação econômica” (Assis, 1970, v. 3, p. 378-379).

O tema explorado pelo cronista, dos anúncios das *damas*, ganha um sentido específico no que se refere às *forças particulares* quando se leva em conta que na semana iniciada em 11 de setembro já deveria ser conhecido o fato, ocorrido no dia 8, da “primeira reunião dos comandantes estrangeiros a bordo do *Aréthuse*”, como resultado do encaminhamento dado pelo governo, através do Ministério das Relações Exteriores, para “acautelar os interesses do comércio e da população estrangeira” residente na Capital da República, “mas sem coagir o chefe da revolta”, como informa Joaquim Nabuco (1990, p. 59). O confronto entre os grupos militares estava estabelecido e já repercutia no movimento do comércio marítimo quando o contra-almirante Melo, chefe dos revoltosos, avisou os comandantes de navios estrangeiros que limitassem o movimento às necessidades de abastecimento. A tentativa de recusa, pelos comandantes estrangeiros, do acatamento da ordem, por ilegal, é respondida pelo chefe da *Revolta da Armada* com o aviso “de que desde as 9 horas da manhã” do dia 13 de setembro “os navios de guerra [...] e a fortaleza de Villegaignon começariam a bombardear as fortalezas de Santa Cruz, Laje e São João” e que “os navios de vela pertencentes ao comércio estrangeiro”, entre eles os ingleses, italianos, portugueses, franceses e alemães, “deve[riam] ser removidos da linha de fogo pelos rebocadores de que só a esquadra” rebelada dispunha (Nabuco, 1990, p. 60). A questão se resolveu no dia 23, quando os comandantes estrangeiros informaram que fundeariam as embarcações “entre a ilha das Enxadas e o fundo da baía, por ser impossível a visita desses navios ao ancoradouro usual” (Nabuco, 1990, p. 62). O movimento, registrado por Machado de Assis na crônica de 17 de setembro, indica para uma situação grave, porque desde 10 de setembro o Congresso votara a autorização para a decretação de “estado de sítio”, definindo a “suspensão de todas as garantias

constitucionais no Distrito Federal, Estado do Rio, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul" (Carneiro, 1965, p. 67). No processo de "sublevação naval" então em curso, houve "intervenção estrangeira", questão que a historiografia discute se foi favorável ao "Marechal de Ferro" ou aos sublevados da "Armada" (cf. Carneiro, 1965, p. 67-69). O mesmo tema é tratado na publicação de Felisbello Freire, para evidenciar, na virada do século, o "perigo do militarismo, sinônimo de FLORIANISMO; o perigo revolucionário, com o predomínio do JACOBINISMO; o perigo estrangeiro, com a abdicação da soberania nacional" (Freire, 1982, p. 5). A versão de Felisbello Freire (op. cit. p. 5) propõe-se rebater outra, publicada pouco antes "pelo Dr. Joaquim Nabuco, o chefe de Estado, que por um dever da honra nacional, defendeu o mandato que a nação lhe confiou".

Os "boatos" sobre "uma próxima revolução" existiam "de há muitos meses", registrou Felisbello Freire (1982, p. 17), e, quanto ocorreu, interferiu na vida da população. Rio de Janeiro e Niterói, registra Glauco Carneiro (1965, p. 69-70), sofreram bombardeamentos "às vezes sem nenhuma piedade por parte dos revoltosos", e a primeira morte, de uma "viúva", ocorreu no dia 7 de setembro. Houve evacuação dos "bairros do litoral" e estimado "em 100 mil o número de pessoas que fugiram do Rio" na primeira fase da "briga dos militares", esta que terminou em 13 de março de 1894 com a rendição dos sublevados. Nessa fase, registra Joaquim Nabuco, os comandantes dos navios estrangeiros, cuja força era calculada em "setecentos e cinquenta homens com treze bocas de fogo", tinham autorização para agir como brigada sob o comando de um militar brasileiro, para "ocupar um lugar junto à linha do cais onde proporcionassem asilo aos fugitivos das suas nações (Nabuco, 1990, p. 63). Na segunda fase, de dezembro em diante, para evitar a tomada de espaço em terra pelos rebelados, a historiografia acentua o tema da aquisição, "no estrangeiro", pelo governo da República, de "navios antigos e reformados, pelo triplo do seu valor" para formação de força de combate naval. A "Esquadra de Papelão", como foi denominada pelos rebelados, provocou novo "êxodo da população" da cidade. O combate continuou porque, na opinião dos militares do Exército, "o espírito de rebeldia havia contagiado quase totalmente [os militares da] Marinha" (Carneiro, 1965, p. 70-71). O

resultado do episódio, que implicou a aliança dos rebelados com os federalistas que lutavam no sul do país pela manutenção de direitos das Províncias contra a centralização do poder no governo da República, foi o de que a Marinha sofreu um processo de redução do seu poder na comparação com o do Exército, como ocorreu com as províncias na relação com o governo federal.

Com exceção da crônica de 8 de outubro, em que Machado de Assis escreve sobre a morte do “livreiro Garnier”, e a de 22 de outubro, em que foi substituído “provavelmente por Ferreira de Araújo, diretor da Gazeta de Notícias”, anotam os editores (Assis, 1970, v. 3, p. 406), as demais oito crônicas do ano de 1893 referem os bombardeamentos e/ou assuntos relativos à política, entre eles o das eleições, questão que fez eclodir a *Revolta da Armada*. Deixando para o final a análise da crônica de 24 de setembro, publicada um dia antes da decretação do estado de sítio autorizado pelo Congresso desde 10 de setembro, o texto seguinte foi publicado no dia 1.º de outubro, quando ficou caracterizada a intervenção estrangeira e o regime de censura da imprensa oposicionista (Cf. Nabuco, 1990, p. 65-67). Machado de Assis inicia a crônica dirigindo-se ao “leitor”, para dizer que “o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que pensas”.

Depois de instigar a curiosidade do leitor, propõe-se expor o conteúdo indicado e passa a escrever sobre o frio e o calor, e dali, por ter nascido no inverno, passa a sugerir os presentes – “alguma lembrança” – que aceitará receber do leitor naquele dia (Assis, 1970, v. 3, p. 389-391). Volta ao assunto do tempo para falar das eleições na França e dos discursos no Parlamento inglês, e entre outros tópicos, passa a defender a idéia de que “o parlamento é o editor dos homens que falam”, e é costume que “nunca os editores dos homens que escrevem, cortam ou riscam o que estes põem nos seus livros, tenha ou não cabida ou relação com o assunto” em pauta. Na continuidade da crônica, em meio a outros tópicos, o cronista enuncia ainda três vezes que “anda alguma coisa no ar” e termina defendendo-se da possível acusação do leitor pela pouca “lógica” encontrada naquela “triste pena hebdomadária” com o argumento de que ele, cronista, “não liga nada”, relativamente à “idéia” enunciada, “da constância das coisas” e da relação com a “probabilidade de uma coisa nova”,

recomendando: “Quem puder que as ligue” (Assis, 1970, v. 3, p. 394-395). O procedimento é o mesmo na crônica de 15 de outubro. O tema é o da entrada da “estação eleitoral” e da prática da propaganda dirigida pelos candidatos aos eleitores. Inicia o cronista: “Há climas em que este gênero de planta é mais decorativo que efetivo; as arengas aí valem mais. Entre nós, sem deixar de ser decorativa, a circular dispensa o discurso”. Refletindo sobre a propaganda eleitoral contendo promessas que não são cumpridas, propostas mirabolantes e até absurdos prometidos pelos candidatos, termina o texto – em 1893 – invocando a “musa da crônica, musa vária e leve” e pedindo-lhe que sacuda “essas **grossas botas** eleitorais” e calce “os sapatinhos de cetim” para dançar. Diz: “gira, salta, deixa-te cair do alto, com todas as tuas escumilhas e pernas postiças. Antes postiças que nenhuma” (Assis, 1970, v. 3, p. 400-405, sem grifo no original). Escrevendo dois dias depois do Decreto 1.565, de 13 de outubro, que previa “restrições praticamente totais à liberdade de imprensa” (Alves, 1997, p. 256), o cronista deixa o leitor subentender a relação entre o ser melhor para a *musa dançar com pernas postiças* do que não as ter absolutamente e o ser melhor – como previsto no calendário eleitoral – ter as eleições com seus problemas do que nenhuma.

Em 29 de outubro, o cronista entabula uma conversa com a *Madona*, figura inserida no texto pelo seu substituto do dia 22, sobre boatos que circulam na cidade; o “bombardeio” ouvido durante o colóquio é comparado ao “coração que bate” apaixonado, como o de *Otelo*, o de *Fedra* e o do próprio cronista. Em 5 de novembro, é estabelecido um paralelo entre a situação vivida, em que todos perguntam: – *O que há de novo?*, com a comédia *Verso e reverso*, de José de Alencar. Nessa semana, diz, em que entrou “a aborrecer semelhante interrogação” e – numa referência implícita ao imperador Nero –, exasperado por, não podendo vingar-se “de uma cidade inteira”, queimando-a, passa a responder à pergunta noticiando eventos antigos, entre eles o terremoto de Lisboa e a execução de Manuel Beckman. Como resultado, os amigos passaram a evitá-lo – por isso ou porque, no sábado, “a explosão da véspera bastou às curiosidades vadias”; no domingo, informa, ficaria em casa (Assis, 1970, v. 3, p. 412-418). Em 12 de novembro os tiros são referidos como mais

numerosos que os boatos, e, na reflexão sobre a prevalência dos interesses particulares dos indivíduos, o cronista cita-os relativamente ao amor e à guerra.

Os fatos da semana – “o Governo tinha montado um holofote no morro da Glória e pretendia iluminar o alvo”, a base dos revoltosos, que reagiram (Nabuco, 1990, p. 87-88) –, na reflexão, são relacionados a golpes de estado passados – *Luis Napoleão, Pedro I* – que “sa[íram] da legalidade para entrar no direito”, e trata, por analogia, do amor, tema que, “como os outros bombardeios, [...] atrai curiosos”. De acordo com o cronista, “a vida” também “é uma interminável praia da Glória ou do Flamengo. Quando Dáfnis e Cloé travam as suas lutas, são poucos os óculos e binóculos da gente vadia para contar as balas, ou que se perdem, ou que se aproveitam, não falando dos naturais holofotes que todos trazemos na cara” (Assis, 1970, v. 3, p. 419-423). A crônica de 19 novembro relaciona a efetividade dos remédios para o mal detectado e a caducidade deles; e a de 26 de novembro inicia com a expressão “Tudo isto cansa, tudo isto exaure” (Assis, 1970, v. 3, p. 429), na formulação que pode ser lida como uma atualização de Eclesiastes 1:18 – *na muita sabedoria há muito enfado*. A crônica trata da repetição do comportamento humano, “quaisquer que sejam as modificações de clima, de raça e de costumes” (Assis, 1970, v. 3, p. 432), e da recorrência desse tema abordado na literatura. A questão é explorada a partir da “notícia de uma de nossas folhas”, de que “na Grécia foi preso o deputado Tális, e expediu-se ordem de prisão contra outros deputados, por fazerem parte de uma quadrilha de salteadores, que infesta a província da Tessália” (Assis, 1970, v. 3, p. 431).

Esse modo de proceder, de introduzir as questões políticas da época na reflexão sobre a fragilidade tanto dos projetos políticos que mobilizam atitudes práticas de confronto – como ocorreu na *Revolta da Armada* – como das instituições, além da recorrência dos resultados de fatos desse tipo na história da humanidade, é aplicado na crônica de 24 de setembro. O cronista, nesse texto, emoldura o conteúdo tratado com a citação de uma “cantiga andaluza” e identifica-se como o sapateiro que, estando na missa sem conhecer rezas, fez o que sabia; perguntava, pelos altares, por “zapatos que remendar”. O hábito indicado no estribilho, um tal “breviário”, torna-o também um “remendão deste mundo”. Outro

deles é “Alexandre Magno, que costumava dormir com a *Ilíada* à cabeceira”, cujo interesse na obra de Homero vinha de ser ela “era um manancial de artes bélicas” e a exposição da “arte de combater”. Justificando o epíteto de *remendão*, o cronista afirma sobre si mesmo que é “um Alexandre às avessas. Nas artes bélicas” procura “a lição de estilo”, questão que passa a explicar.

Escrevendo o texto na segunda semana da sublevação, enquanto ouvia “uns tiros ao longe”, não tão fortes como os da “sexta-feira [...] quando toda a gente correu às praias e aos morros”, o cronista relata o que viveu por ocasião dos dois bombardeamentos da noite do “princípio da semana”. Ele, acordado pelo barulho e “assombrado”, saiu de um sonho singular. Ele “sonhava que dormia” e, no sonho, era acordado por “raio de lua” que o levou do quarto a “uma viagem pelo infinito acima”, uma viagem “eterna”. Sem trocar de roupa, porque “a *toilette*” seria na lua, ele, “nobre mortal”, descreve que lá chegou para passar, então morto, “à segunda parte da *toilette*, a restituição das idéias”. Antes de passar para “a outra beira da lua” e continuar a viagem, explica, “todas as pessoas que tinham vivido de idéias alheias” tinham que devolvê-las “a um coletor, que as restituía logo aos donos, ou ficava com elas, para quando os donos houvessem de subir”. Nesse ponto do sonho, o bombardeamento o acordou e, surpreso, relata que, não como outros moradores que poderiam encontrar “aquele rumor tremendo as idéias de combate que” o confronto “trazia em si”, ele, um *remendão* como Alexandre, deparou-se com “uma idéia literária”: “quem não vê que” os tiros “saem dos canhões com verbos enérgicos, e que é por isso que fazem estremecer as casas?”

(Assis, 1970, v. 3, p. 284-387).

Passado o tumulto, voltou para a cama, depois das duas da manhã. Relata o caso: voltou para o “mesmo sonho”, e da “beira da lua” foi levado para a “porta do céu”, estabelecendo a base da reflexão para o leitor: “Mas vede agora o reflexo da realidade na celebração do inconsciente”. No sonho, conta o cronista, com outros “milhares” de mortos, foi recebido por São Pedro na porta do céu, onde eram acolhidas as almas, “com benevolência”, mas “por classes” para evitar “tumultos”. Impedido gentilmente de entrar em “quinze ou vinte tentativas”, porque era da classe “dos

pedantes", o cronista informa que, quando o fez, estava "vexado da designação"; sob esse sentimento ele recebeu de um "serafim" o seu "grosso livro fechado, para as orações" a serem feitas ao lado de "milhões de criaturas" ajoelhadas num "vastíssimo espaço, onde S. Paulo dizia missa [...] diante do próprio Jesus ressuscitado". Aberto o livro, o *remendão* reage – "não sei de nojo como o conte!" – porque recebera "um dicionário", o "breviário dos pedantes", com nenhuma reza, só com "palavras, definições e exemplos". Antes de ser acordado por novo bombardeamento, a idéia – "ruim" – que o enrijeceu, conta do sonho, foi a de que "preferi[a] a terra com os seus pecados ao céu e suas bem-aventuranças." Corrompido por esse "desejo" antimetafísico, diz, confundiu o estouro das "primeiras granadas" do bombardeamento da noite com o "clamor enorme" atribuído a "todos os eleitos" que, pela escolha feita, o expulsavam do céu. Achou-se "solto no ar", "cavalgando o livro" até acordar caído "da cama, com os olhos abertos e uma zoada nos ouvidos" (Assis, 1970, v. 3, p. 388-389).

A concepção da constância da guerra na história da humanidade é somada, na crônica, à relativa ao confronto das idéias implicada na guerra, figuradas no texto pela expressão dos verbos *enérgicos* pelos quais elas saem das cabeças, construída com base na realidade dos *tiros* que saem dos canhões. A primeira concepção, no sonho, aparece referida pelo processo de devolução das idéias, tomadas de empréstimo indevidamente pelos portadores, aos legítimos donos. A segunda é explicada sendo o sonho o *reflexo da realidade na celebração do inconsciente*. O *remendão* que vê a sua realidade – no caso, a *Revolta da Armada* – sob o critério da *lição de estilo*, constrói o paralelo para figurar aquele confronto bélico de 1893, que repete outros, verificáveis na história. Naquele sonho que reflete o embate, o *remendão* recebe como livro de rezas o *dicionário*, que contém *palavras, definições e exemplos*, e, por isso, engessa a língua, estabelecendo o paralelo com o resultado freqüente de tais conflitos, isto é, a ditadura, que engessa e expressão da sociedade. Ocorrida como *celebração do inconsciente*, o leitor pode identificar a *idéia ruim*: se o céu e as bem-aventuranças implicavam o *dicionário*, isto é, a ditadura, o *remendão* – desde o sonho – escolhia a *terra com seus pecados*, isto é, as eleições.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa caricata rio-grandina ao final do século XIX. In: ANAIS da XVI reunião, 1996. Curitiba: SBPC, 1997. p. 253-256

CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções brasileiras**: da Revolução da República à Coluna Prestes: 1889/1927. v. 1. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

FREIRE [1858-1916], Felisbelo. **História da Revolta de 6 de Setembro de 1893**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre:  
W. M. Jackson, 1970.

NABUCO e a República. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1990.